

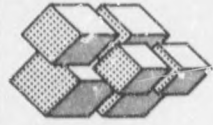
AC

ACE

72629/89

CNF

1



CAPA DE ACE

AGÊNCIA BIC	N.º ACE/ANO 072629 89	TOTAL FLs. 020	SIGILO W
-----------------------	---------------------------------	--------------------------	--------------------

FLUXO DO PROCESSO			VALIDADE INICIAL 04 ANOS
ENTRADA NA SE/SS PE3Q. ARO. 07 NOV/1989	REMESSA AO CIn 13/ NOV / 89	ACE PROCESSADO 29 / 11 / 89	FRAÇÃO RESPONSÁVEL DV-11

ACESSO INICIAL						
B I C	B 7 J	B 3 A	B 6 H	B 8 P	B 2 R	B 5 M
B 4 T	B 7 B	B 3 F	B 2 S	B 6 G	B 4 N	

DOCUMENTOS COMPONENTES		
N.º ORD.	TIPO/NÚMERO/ÓRGÃO/ANO	NRE/NRS/ANO
01	FM3 / 00039 / 113 / BIC / 89	6233 / 89
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		

OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES ADICIONAIS	

006255

30 JUN 1989

SUCCESSAO PRESIDENCIAL - FERNANDO COLLOR DE
MELLO

1 - INTRODUÇÃO

O eleitorado brasileiro, a exceção do ideológico, na sua quase totalidade, constitui-se em um aglomerado desarticulado e fragmentado, fracamente politizado. Tal fato poderia redundar na pulverização das tendências de voto. No entanto, essa massa eleitoral, estimada em cerca de oitenta milhões de cidadãos, vota conforme os estímulos circunstanciais e emocionais que recebe.

Na conjuntura atual, a inflação e o fracasso sucessivo da política econômica do Governo, desenvolvida através de três planos - Cruzado, Bresser e Verão -, os maus costumes morais da elite política em geral e a falta de credibilidade do Governo Federal, que estimula a generalização de um clima de desesperança para com o futuro, induzem o eleitorado a praticar o voto de repúdio, contra tudo o que ele considera responsável por essa situação angustiante.

Agiram-se a esses aspectos duas frustrações da população decorrentes de um passado recente, quando despertou por participação política e viu-se desolada pela não concretização de suas aspirações: a rejeição da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas para Presidente da República em 1984, e a morte de TANCREDO NEVES, que propiciou a antecipação de uma disputa acirrada pelo poder, entre as forças que compuseram a Aliança Democrática, levando o Governo a ficar sem base de sustentação.

Pela frustração do passado, pela angústia do presente e pela incerteza do futuro, a predisposição de parte do eleitorado é a mesma que o induziu a sufragar o Partido dos Trabalhadores (PT), em Nov 88, e conceder-lhe êxito em importantes praças eleitorais - voto de protesto contra os Governos constituídos, federal e estaduais.

Z1: S1M - B99 - C99

4 aug

W/FM3/00039/113/B1C/290689

Contudo, no atual universo de candidatos à sucessão presidencial, a maioria deles identificados com a prática política obsoleta, propostas arcaicas e com os fatos geradores das insatisfações populares, desponta, com FERNANDO COLLOR, um discurso moralizador, que restabelece a esperança da massa de eleitores, traduzida, de pronto, no crescimento constante dos índices de intenção de votos em seu favor.

2 - QUEM É FERNANDO COLLOR

a) Antecedentes políticos e administrati-

VOS

FERNANDO COLLOR DE MELLO nasceu em berço político. O avô, LINDOLFO COLLOR, estruturou o Ministério do Trabalho do Governo de GETULIO VARGAS e, como primeiro titular da Pasta, comandou a montagem da legislação trabalhista. O pai, ARNON DE MELLO, um dos "caciques" da UDN alagoana, foi eleito Governador de ALAGOAS, em 1950, e deixou para o controle do filho a maior estrutura de meios de comunicação do Estado, abrangendo uma TV, três rádios, um jornal e uma gráfica, que se revelaram peças importantes para a trajetória política de FERNANDO COLLOR.

O "caçador de marajás" entrou no cenário político pela ARENA, como Prefeito biônico de MACEIO/AL. Indicado por DIVALDO SURUAGY e nomeado por GUILHERME PALMEIRA, FERNANDO COLLOR logo se indispsôs com ambos, hoje seus adversários políticos, que o rotulam como oportunista.

Como Prefeito, FERNANDO COLLOR foi responsabilizado por ter, ao término de sua gestão, admitido 4.900 servidores, encargo financeiro do qual MACEIO se recente ainda hoje. COLLOR defende-se da acusação de "empreguismo eleitoral" (era candidato a Deputado Federal), alegando ter admitido apenas 16, sendo os demais acrescentados à sua revelia.

Não obstante esse fato, FERNANDO COLLOR desenvolveu uma administração considerada boa, que lhe garantiu a maior votação ocorrida em ALAGOAS, no pleito de Nov 82, para Deputado Federal, pelo PDS.

Na Câmara Federal, não se destacou como parlamentar.

Naquele período, para muitos de seus opositores, o fato de ter votado em PAULO MALUF e não em TANCREDO NEVES, no Colégio Eleitoral em 1985, transformou-se numa "mancha" em sua biografia. Todavia, FERNANDO COLLOR procura se justificar afirmando que sempre foi fiel aos Partidos a que esteve filiado e, por isso, foi malufista.

Do PDS, COLLOR DE MELLO transferiu-se para o PMDB e foi eleito, em 1985, Governador de ALAGOAS. Na campanha, suas promessas de acabar com os privilégios dos funcionários públicos com altos salários (os "marajás"), conter a violência (o sindicato do crime) e regularizar os débitos dos usineiros da cana-de-açúcar, junto ao Banco do Estado, contribuíram, juntamente com o sucesso do Plano Cruzado I, para seu êxito nas urnas.

Como Governador (ver Z7: A), COLLOR enfrentou problemas financeiros para realizar grandes obras em seu Estado, passando a priorizar o seu projeto pessoal voltado para o Palácio do Planalto, na busca de projeção nacional.

Quando o Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou que o Governo do Estado deveria efetuar o pagamento dos salários dos funcionários públicos tidos como "marajás", FERNANDO COLLOR anunciou, através da imprensa, em uma "atitude corajosa", que considerava a decisão imoral e que não a acataria, mesmo porque o seu Estado não dispunha de recursos para tanto.

Desde então, qualquer questão política, ou mesmo administrativa, passou a ser motivo para que extraísse proveito, tentando aumentar sua projeção como moralizador dos negócios públicos, com vistas à sucessão do Presidente SARNEY.

Em sua caminhada rumo ao Palácio do Planalto, COLLOR DE MELLO procurou colocar sua candidatura perante o PMDB, sendo rechaçado seu intento, por não encontrar respaldo nas principais lideranças dessa agremiação.

Quando a maioria peemedebista votou, na Assembléia Nacional Constituinte (ANC), pelo mandato de cinco anos para o Presidente JOSE SARNEY, o então Governador de ALAGOAS usou esse fato como motivo para abandonar a legenda.

A partir de então, COLLOR passou a fazer uma oposição mais acirrada ao Governo SARNEY, alegando, através de seus discursos, identificar-se com os anseios populares.

Após a criação do PSDB, COLLOR tentou articular-se com o grupo do Senador MARIO COVAS, objetivando ser o candidato daquela agremiação.

Ao não lograr êxito em seu propósito, decidiu criar uma legenda que viabilizasse sua candidatura. Assim, nasceu, em 18 Mar 89, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), montado a partir da estrutura do antigo Partido da Juventude (PJ).

O PRN, em seu Manifesto, Programa e Estatuto, convoca a sociedade brasileira "a uma decidida e profunda moralização do País", adotando, como compromisso fundamental, a "reconstrução política, econômica e social da Nação", o que se molda com o discurso do seu candidato.

b) Tendência política

FERNANDO COLLOR se intitula um "reformista cristão", procurando se desvincular das rotulações tradicionais de centro, direita e esquerda. Segundo afirma, a sociedade se divide em dois grupos: "os conformistas, que querem manter tudo como está, e os reformistas, que buscam mudar as coisas".

Contudo, o candidato do PRN não define, claramente, o que seja "reformismo cristão".

c) Postura do Candidato

Até o momento, FERNANDO COLLOR, a exemplo de outros candidatos, não apresentou um programa de governo definido (ver Z7: 8). Afirma não dispor de "um programa enorme para ser desenvolvido, devido ao caos e à crise moral que campeiam o País, mas que conta com propostas para a condução das variáveis econômicas, tais como as dívidas interna e externa, o déficit público e as políticas industrial e agrícola".

Na realidade, o candidato do PRN desenvolve sua campanha fundamentando-a nas críticas ao Governo SARNEY e na necessidade de moralização do serviço público. Nesse último aspecto, propõe, dentre outras ações, a extinção de órgãos públicos, tais como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Ressalta-se que a extinção, de ambos os órgãos, foi "decidida após um atrito entre COLLOR e os dirigentes dos mesmos".

Outra característica de seu comportamento político-eleitoral refere-se à necessidade de criar inimigos, seus e da sociedade, através de ataques diretos e, logo a seguir, postar-se como o "justiceiro implacável", disposto a combater tudo o que está errado no País.

3 - ADESOES E APOIOS A CANDIDATURA DE FERNANDO COLLOR

a) Na área política

O PRN, ao ser lançado, possuía, no Congresso Nacional, apenas um parlamentar, o deputado federal ARNALDO FARIA DE SA (SP).

Após o seu programa, em cadeia nacional de rádio e televisão, e a divulgação de pesquisas de intenção de voto, que colocaram o candidato da legenda em franca ascensão, vários políticos, com ou sem mandato eletivo, passaram a negociar seus ingressos e/ou apoios à agremiação, bem como à campanha de FERNANDO COLLOR (ver 27: C).

Nesse quadro, as adesões mais recentes e importantes se deram em MINAS GERAIS, primeiramente com a filiação do Senador ITAMAR FRANCO, até então sem partido, o qual foi escolhido para compor a chapa do PRN.

Com essa adesão, a candidatura de COLLOR ganhou força em MINAS GERAIS, segundo maior Colégio Eleitoral do País, haja vista que o Senador mineiro foi quem articulou o engajamento da Vice-Governadora do Estado, JUNIA MARISE (PMDB), à referida candidatura.

ITAMAR FRANCO foi, também, o responsável pelas seguintes adesões à chapa do PRN:

- Prefeito de JUIZ DE FORA (segundo Colégio eleitoral de MINAS GERAIS), CARLOS ALBERTO BENJANI, que se filiou à agremiação;

- Dep Fed HELIO COSTA (PRN), ex-PMDB;

- Dep Fed MARIO DE OLIVEIRA (PMDB); e

- Dep Est AMILCAR PADOVANI (PTR).

Além desses, já confirmados, o Senador pode atrair vários outros políticos da Região da Mata/MG, seu reduto eleitoral, adversários ou descontentes com o Governador NEWTON CARDOSO.

O apoio de JUNIA MARISE, por sua vez, tende a trazer, para a candidatura COLLOR, adesões de Prefeitos e Vereadores de todo o Estado, bem como parlamentares federais e estaduais, que representariam cerca de um milhão de votos.

No Estado do RIO GRANDE DO SUL, COLLOR DE MELLO já conta com o apoio de cerca de 78% do PEL, fração significativa que se recusa a apoiar o candidato do partido, AURELIANO CHAVES. As articulações pró-COLLOR no âmbito da agremiação, nesse Estado, estão sendo desenvolvidas pelo Senador CARLOS CHIARELLI (PFL).

b) De outros segmentos

Na medida em que a candidatura FERNANDO COLLOR ganha impulso junto à opinião pública, diversos outros candidatos, especialmente o do PDT, passaram a atribuir a grupos empresariais, possíveis apoios ao postulante do PRN. Entre esses grupos, destacam-se:

- Organizações Globo, na pessoa de seu dirigente, ROBERTO MARINHO,

- Autolatina S/A, por intermédio de seu ex-sogro, MONTEIRO DE CARVALHO, um dos acionistas dessa multinacional e dono do grupo empresarial MONTEIRO ARANHA.

4 - REFLEXOS DO DESEMPENHO DE FERNANDO COLLOR SOBRE AS DEMAIS CANDIDATURAS

O favoritismo de FERNANDO COLLOR, em relação às outras candidaturas, dá-se em tal extensão que não afeta particularmente a cada uma, mas a todas, em seu conjunto.

Em realidade, FERNANDO COLLOR nivelou os demais candidatos, na medida em que, nas pesquisas de intenção de votos, obteve um percentual superior à soma dos conseguidos por seus opositores, quando não contabilizados os eleitores indecisos.

Por essa razão, os outros postulantes e seus partidos estão se articulando para enfrentar FERNANDO COLLOR. O PT, através de denúncias dos seus supostos envolvimento políticos com a direita; o PDT, pelo levantamento de informações que possam afetar o seu prestígio moral; e o PMDB, pela busca de alianças junto ao PSDB e outras agremiações, bem como pela tentativa de reduzir a área de atrito existente no âmbito interno da agremiação, entre progressistas e moderados, uma vez que esses últimos, em grande parte, tendem a "Collorir".

Além dessas agremiações, o PCB e o PL estão desafiando COLLOR DE MELLO a comparecer a debates públicos, a fim de tentar caracterizá-lo como um candidato vazio e sem propostas definidas, produto da mídia. O candidato do PL, AFIF DOMINGOS, por sua vez, já propôs a formação de uma frente anti-COLLOR.

5 - A CANDIDATURA FERNANDO COLLOR E OS DIVERSOS MOVIMENTOS

a) Movimento Sindical

Os sindicalistas, em particular os militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), têm demonstrado disposição contrária a qualquer concessão de apoio ao candidato do PRN, FERNANDO COLLOR DE MELLO, à Presidência da República.

Afirmam que a candidatura COLLOR representa o "retrocesso", uma vez que é tida como reacionária e comprometida com o sistema capitalista.

No âmbito da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), também não foram identificadas adesões à candidatura COLLOR. A única menção importante conhecida é a de ANTONIO ROGERIO MAGRI, Presidente da CGT, que, em recente entrevista concedida a órgãos de comunicação social, referiu-se à candidatura COLLOR com simpatia, como o fez, aliás, com as demais. Porém, na mesma oportunidade, ressaltou que o apoio da CGT a qualquer dos candidatos à sucessão presidencial dependia das bases, as quais iriam examinar os Planos de Governo dos postulantes ao Executivo, para identificar o perfil do candidato preferido dos trabalhadores.

b) Movimento Educacional

Na área Educacional, as entidades de representação de professores, alunos e servidores encontram-se engajadas, em sua grande maioria, na campanha presidencial de LUIZ INACIO LULA DA SILVA (PT). Fruto desse comprometimento, suas lideranças vêm tentando cooptar as três categorias, para que deem seus votos ao candidato petista. Esse expediente tende a lograr êxito junto àqueles elementos mais comprometidos com as bandeiras socialistas desfraldadas pelo PT.

Não obstante esse trabalho de arregimentação, a candidatura FERNANDO COLLOR DE MELLO está tendo ampla penetração na área educacional, principalmente em seu substrato mais jovem. Tal fato pode ser explicado pela juventude e pelo discurso agressivo do candidato, seu apoio na mídia e pelo desgaste das próprias lideranças petistas, que insistem em usar o grevismo como cacife político.

A juventude de COLLOR desencadeia um processo de identificação; seu discurso agressivo substitui, para esta parcela do eleitorado, o vazio de suas propostas políticas. De outro lado, a ampla liderança que ele apresenta, até agora, nas pesquisas de opinião, tem concorrido para aumentar a intenção de votos desse segmento em prol da sua candidatura (voto útil).

c) Movimento Religioso

Não se conhece a posição de grupos religiosos em relação ao candidato.

No âmbito da Igreja Católica, apenas o Cardeal ARNS referiu-se a FERNANDO COLLOR, rebatendo um possível pronunciamento, segundo o qual o candidato teria afirmado que a "Igreja só deve preocupar-se com a religião, não com a Política". O Cardeal declarou, em resposta, que "quem manda na Igreja é o Papa, com os bispos; esta opinião de FERNANDO COLLOR é tão vazia quanto todas as suas demais declarações". Reportando-se ao crescimento da candidatura presidencial do ex-Governador de ALAGOAS, atribuiu o fenômeno "à receptividade do eleitorado à sua pregação moralizadora e à sua juventude".

6 - REPERCUSSÃO EXTERNA DA CANDIDATURA COLLOR DE MELLO

O vespertino francês "LE MONDE", em sua edição do dia 19 Jun 89, publicou um artigo sobre o candidato do PRN, FERNANDO COLLOR DE MELLO. No mesmo dia, a Rádio França Internacional, em um programa intitulado "RESENHA DA IMPRENSA FRANCESA", comentou o artigo do periódico francês: "A candidatura de FERNANDO COLLOR DE MELLO à Presidência do BRASIL chega enfim às páginas dos jornais franceses. Em sua edição de hoje, o vespertino 'LE MONDE' consagra meia página ao candidato da direita às eleições presidenciais brasileiras. Depois de pintar o retrato do candidato, que segundo o jornal tem 39 anos, um físico charmoso, faz sucesso na televisão e é estrela inesperada das pesquisas de opinião, "LE MONDE" critica o vazio de idéias do candidato COLLOR, que no parecer do vespertino não se distinguiu nem como Prefeito de MACEIO, tampouco como Governador de ALAGOAS e, ainda por cima, é o filho dourado das oligarquias brasileiras. A conclusão do jornal é que o fenômeno COLLOR é consequência do clima de amargura e desencanto geral, provocado pelas dificuldades econômicas, pela impotência e imoralidade do Governo e pelo oportunismo do PMDB".

7 - CONCLUSÃO

A escalada de crescimento da candidatura de FERNANDO COLLOR DE MELLO, na preferência do eleitorado, se deve, principalmente, à sintonia que há entre os anseios da população e suas propostas de moralização.

O bom desempenho que vem obtendo, nas pesquisas de opinião, torna-o o alvo preferido dos demais candidatos, que denunciam inúmeras irregularidades cometidas pelo ex-Governador de ALAGOAS, com o propósito de denegrir sua imagem e dignidade, como pessoa e administrador público, e de expô-lo aos eleitores como um candidato vazio, produto da mídia.

Entretanto, essas denúncias e esses ataques poderão produzir um resultado muito diferente daquele que desejam seus autores.

Os eleitores atuais de FERNANDO COLLOR optaram por ele movidos por um sentimento de frustração e um desejo de vingança contra o governo constituído e a classe política em geral, por julgá-los responsáveis pela crise política, econômica e social em que o País se encontra. Para essa significativa massa eleitoral, pouco importa quem foi FERNANDO COLLOR; sua vida pregressa torna-se irrelevante diante do que ele simboliza: "o instrumento de renovação nacional". Por outro lado, a acusação de "vazio" e "sem substância", que pesa sobre o candidato do PRN, já foi desmentida duas vezes: primeiro, quando o jovem prefeito biônico de MACEIO elegeu-se Deputado Federal com a maior votação do Estado de ALAGOAS; segundo, quando o "Deputado de atuação mediocre", conforme seus detratores, foi, em seguida, eleito Governador do Estado, competindo com políticos do quilate de DIVALDO SURUAGY e GUILHERME PALMEIRA.

A condição de vítima a que está sendo conduzido FERNANDO COLLOR pode, ainda, transformar-se em mais um trunfo em favor do candidato do PRN. A vítima merece sempre a simpatia popular, ainda mais quando os algozes são as "velhas raposas políticas", justamente aquelas que a sociedade repudia e a quem julga responsáveis por "isso que aí está".

Com essas considerações, deseja-se, apenas, posicionar a candidatura COLLOR, emprestando-lhe a verdadeira dimensão que ocupa, hoje, no processo sucessório. Não há como negar seu sucesso; mantendo o nível ascendente da preferência popular poderá, até, dispensar o segundo turno das eleições.

Acontece, porém, que ainda faltam quase cinco meses para o dia 15 de novembro. E é forçoso reconhecer que falta ao candidato do PRN a experiência política necessária para manter, por tanto tempo, a preferência de um eleitorado extremamente emocional como é, hoje, o eleitorado brasileiro. Ademais, existem outros candidatos, cujas performances não podem ser desprezadas: ULYSSES GUIMARAES, cuja habilidade política está respaldada na ainda respeitável base partidária do PMDB; MARIO COVAS, a quem ninguém pode acusar de falta de idéias, de programa e de estrutura partidária para assumir a Presidência da República; e AFIF DOMINGOS, do PL, cujas idéias vêm adquirindo consistência e respeitabilidade, amplamente demonstradas pela receptividade que vêm obtendo das platéias a que se dirige.

23: 113/B1C

27: A - ADMINISTRAÇÃO DE FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO COMO GOVERNADOR DE ALAGOAS - 1987 A MAI 1989.

B - PROPOSTAS GERAIS DE GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO.

C - ADESOES PARCIAIS A CAMPANHA DO CANDIDATO DO PRN.

CORREÇÃO DA SE-622:

AS FLS:	OUPE SEZ:	LEI A SE
03	PDS	PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL
	PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
	PFL	PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

"Z7: A"

ADMINISTRAÇÃO DE FERNANDO AFFONSO COLLOR DE
MELLO COMO GOVERNADOR DE ALAGOAS - 1987 A MAI 1989

Nos primeiros meses de sua administração adotou uma série de medidas disciplinando a acumulação de cargos, empregos ou funções no Estado, bem como anulou os contratos trabalhistas de 158 funcionários, alegando irregularidades.

Para contenção de gastos e ajustes nas finanças do Estado, determinou as seguintes medidas administrativas, em Mai 87:

- a imobilização de todas as dotações orçamentárias destinadas à aquisição de material permanente e equipamento;
- a redução do duodécimo de custeio da administração direta e indireta, inclusive fundações, em 50% dos valores previstos na programação financeira;
- que as transferências de recursos à administração, centralizadas ou descentralizadas, bem como o pagamento de serviços a terceiros, somente seriam efetuados mediante autorização do Chefe do Executivo;
- a proibição de serviços de reparos, consertos etc, nos prédios públicos, sem prévia autorização do Governador;
- a concessão de diárias e gratificações somente nos casos de extrema necessidade;
- o controle do uso de telefone, com a fixação de apenas uma linha, exclusiva do Secretário, para ligações interurbanas;
- a redução de 50% no uso de máquinas copiadoras (xerox);
- a rescisão ou redução dos contratos de prestação de serviços (vigilância, limpeza etc);

02/05

- a regulamentação da cessão de servidores públicos para as administrações federal e municipal;

- que se evitasse o desperdício de material de expediente (papel, carbono, canetas etc);

- o controle do consumo de energia elétrica e água;

- o corte nas despesas de recepções, almoços e controle nos gastos do "cafezinho";

- a redução, em 30%, do consumo de combustível;

- o levantamento dos bens imóveis do Estado, inclusive os que foram locados a terceiros, com ou sem ônus;

- a consolidação da legislação de pessoal e processamento do reexame das necessidades de serviços;

- o levantamento da situação financeira do Estado, para que se processasse a correção salarial dos servidores;

- a criação da Comissão Estadual de Política Salarial; e

- o congelamento do seu próprio salário.

No início de 89, ainda com o objetivo de reduzir gastos, promoveu as seguintes alterações na estrutura administrativa do Estado:

a) Determinou a extinção:

- da Secretaria de Estado de Transporte, Obras e Recursos Naturais;

- da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Alagoas (CODEAL);

- do Serviço de Engenharia de Alagoas (SERVEAL);

- da Fundação Instituto de Desenvolvimento e Assistência aos Municípios (FIDAM);

03/05

- da Fundação Alagoana de Promoção de Esportes (FAPE); e

- do Programa Estadual para a Promoção de Exportações (PROMOEXPORT).

b) Determinou a vinculação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/AL) ao Gabinete do Governador, bem como a fusão da Empresa de Pesquisa Agropecuária (EPAL) com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

c) Cortou gratificações de serviços extraordinários e por tempo integral de serviço; diárias e jetons de participação em Órgãos Colegiados; reduziu em 50% as funções gratificadas e cargos comissionados; e devolveu à Prefeitura de MACEIO/AL funcionários colocados à disposição do Estado.

Tais alterações permitiram a extinção de cerca de 2.100 cargos públicos, mas os seus ocupantes, por terem sido postos em indisponibilidade, continuaram a receber seus salários sem trabalhar.

O ato político-administrativo que deu mais notoriedade ao ex-Governador de ALAGOAS, referiu-se a sua negativa de pagar os altos salários de alguns funcionários públicos estaduais, particularmente dos magistrados, por considerar inconstitucional o chamado "salário de marajá". Por essa razão, em Mar 88, o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) solicitou intervenção federal no Estado. O fato foi explorado pela imprensa, a nível nacional, rendendo dividendos políticos para o Governador FERNANDO COLLOR DE MELLO, que apresentou, publicamente, sua defesa junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). O processo ainda se encontra em tramitação no STF e os "marajás" vêm recebendo, normalmente, seus salários.

Em contrapartida, pesam, sobre o candidato do PRN, duas acusações de irregularidades em sua administração, a saber:

a) Dívida com os Usineiros do Estado

Durante o período de 82 a 85, o Governo do Estado recolheu, indevidamente, o Imposto sobre Circula-

04/05

ção de Mercadorias (ICM) das usinas de cana-de-açúcar. Em Jul 88, o Governador assinou acordo no qual se comprometia a devolver, aos empresários cooperativados, 66 milhões de dólares, em 120 parcelas mensais, referentes aos juros e correção monetária do ICM recolhido indevidamente. Em 13 Mai 89, dois dias antes de deixar o Governo, COLLOR DE MELLO assinou o 2o. acordo, com o mesmo objetivo, este com os usineiros não cooperativados, no valor de 45 milhões de dólares.

Os órgãos de comunicação social criticaram tais acordos, alegando a suspeita de que os cálculos dos adicionais ao capital principal, juros e a correção, não foram corretos.

Segundo denúncia em processamento, parte do valor a ser pago à mais, pelo Estado, seria destinada à atual campanha eleitoral de COLLOR DE MELLO.

O atual Governador está tentando não homologar o 2o. acordo, uma vez que o mesmo inviabiliza a Administração Estadual e o pagamento do funcionalismo público.

b) Liquidação do PRODUBAN

Em 16 Nov 88, o Banco Central (BACEN) executou a liquidação extrajudicial do Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN), sob a justificativa de que a instituição acatou cheques a descoberto do Governo do Estado, na conta de "Reservas Bancárias". Atualmente, existe uma equipe do BACEN trabalhando internamente no PRODUBAN, dando prosseguimento ao exame da situação.

Durante a administração COLLOR DE MELLO não foram realizadas grandes obras que venham a caracterizar aquele período.

Os empreendimentos mais significativos foram voltados para a erradicação de favelas, sendo construídas 2.513 casas populares.

Entretanto, o ex-Governador de ALAGOAS recebe integral apoio da população no que diz respeito à sua tentativa de sustar o pagamento dos "marajás", apesar de não lhe pouparem críticas em razão de outras ações praticadas, em especial pelos acordos feitos com os usineiros alagoanos.

05/05

Quanto à reforma administrativa realizada, a alteração mais efetiva só se deu na estrutura organizacional. Em termos de redução de gastos, isto só ocorreu com a extinção de gratificações e cargos comissionados, pois os funcionários que ocupavam os cargos extintos (2.100) continuaram recebendo seus salários.

"Z7: B"

PROPOSTAS GERAIS DE GOVERNO DE FERNANDO COLLOR
DE MELLO

a) INFLAÇÃO:

Seu programa de governo não inclui qualquer medida de emergência no sentido de combater as altas taxas de inflação.

b) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Pretende implementar um "choque de credibilidade", através de uma reforma administrativa séria, que incluiria a extinção de 12 Ministérios (dos 21 existentes), dentre os quais: Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento Industrial, Minas e Energia, Exército, Marinha, Aeronáutica, Gabinete Militar, Estado Maior das Forças Armadas e Serviço Nacional de Informações, além do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Afirmou, ainda, que pretende governar com uma ampla participação nacional, sem contudo dizer como isso se dará.

c) SISTEMA DE GOVERNO

Advoga a implantação do parlamentarismo no plebiscito de 1993.

d) DIVIDA EXTERNA

Pretende retirar o aval da União aos credores externos e, conseqüentemente, descentralizar as relações entre credores e devedores.

02/02

e) RESERVA DE MERCADO

Afirma que "a reserva de mercado é um privilégio incompatível com o capitalismo", contudo não descarta a possibilidade de incentivar empresas nacionais por períodos breves (2 anos), após o que teriam que estar aptas a enfrentar a competição de mercado.

f) MULTINACIONAIS

Deseja abrir o mercado brasileiro às empresas estrangeiras, principalmente às japonesas.

g) REFORMA AGRARIA

Acredita ser fundamental que, juntamente com a distribuição de terras, existam programas de assistência técnica aos agricultores, bem como outras medidas que possibilitem torná-las propriedades produtivas.

h) REFORMA URBANA

Advoga uma reforma do solo urbano, para se evitar a especulação imobiliária e o crescimento desordenado das cidades.

i) EDUCAÇÃO E SAÚDE

Afirma ser necessária a recuperação da capacidade do Estado em investir em educação e saúde e, só a partir de então, dar à população a assistência que ela merece.

j) MERCADO LATINO AMERICANO

Propõe a criação de um mercado comum na América-Latina.

"27: "C"
ADESOES PARCIAIS A CAMPANHA DO CANDIDATO DO PRN

20

UF	GOV	VICE GOV	SEC EST	SEN	DEP FED	DEP EST	PREF	VICE PREF	SEC MUNIC	VER	POL INFL
AC	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-
AL	01	-	-	01	02	04	62	-	-	15	-
AM	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	-	02	08	31	-	-	-	14	01
CE	-	-	-	01	07	11	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-
ES	-	01	-	-	-	06	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
MA	-	-	-	01	01	-	-	-	-	-	-
MG	-	01	-	01	03	04	202	-	-	19	-
MS	-	-	-	-	-	03	-	-	-	01	-
MT	-	-	-	-	-	03	01	-	-	02	-
PA	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
PB	01	-	-	-	-	12	-	-	-	02	-
PE	-	-	01	-	01	07	-	-	-	-	42
PI	-	-	-	-	01	02	-	-	-	-	-
PR	-	-	-	-	03	08	-	-	-	-	01
RJ	-	-	-	-	02	06	02	-	-	-	-
RN	01	-	-	02	02	07	-	-	-	12	01
RO	-	-	-	-	01	03	02	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-
RS	-	-	-	01	03	01	-	-	-	-	01
SC	-	-	-	-	-	03	04	-	-	01	-
SE	01	-	-	-	02	05	01	-	-	-	04
SP	-	-	-	-	03	05	01	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	01	03	01	-	-	-	-
TOTAL	04	02	01	09	39	123	280	01	0,0	66	52

OBS: * Não foi possível obter.

FIMM